



1
2
3
4
5
6
7
8

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO
ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
RESUMO EXECUTIVO DA XVII REUNIÃO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO
20 de outubro de 2005

9
10
11
12
13
14
15
16
17

Conselheiros Presentes: Perly Cipriano - SEDH; Marília Celina Felício Fragoso – ANG Nacional; Simone de Almeida - CFESS; Geraldo Adão Santos - COBAP; Paulo Roberto Barbosa Ramos - AMPID; Paula Regina de Oliveira Ribeiro - ANADEP; Maria Aparecida Ferreira de Mello - CIAPE; Emídio Rebelo Filho - AMBEP; Francisco Xavier Torres - OAB; João Carlos Martins Neto - MCT; Terezinha Tortelli - Pastoral da Pessoa Idosa; Genilda Cordeiro Baroni - ABCMI; Ana Maria Felix – Min. dos Esportes; Leslei Lester Magalhães - Min. das Cidades; Elizabeth Hernandez – Min. da Saúde; José Saraiva – MEC/SESU; Maurício de Pinho Gama – ANDIFES; Maria Clotilde de Carvalho – CNC/SESC; Luzenira Aquino – IPEA; Evandro José – CONTAG; Patrícia De Marco – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Decy (sobrenome ilegível) – ABCMI/DF; Jurilza Mendonça – CNDI/SDH; Graciele Massoli Rodrigues – CBCE; Silvana Nunes da Silva –MJ.

18
19

PAUTA

20
21
22

ITEM I - Abertura e Aprovação da Ata – A reunião foi aberta pelo Presidente do CNDI. O senhor Perly Cipriano aprovou o resumo executivo da XVI reunião ordinária do conselho, após as devidas correções.

23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

ITEM II – EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS: 1) Apresentação do CIAPE, Centro Interdisciplinar de Assistência e Pesquisa em Envelhecimento – Maria Mello: O CIAPE é uma entidade criada em 2000. É uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos formada por profissionais especializados em geriatria e gerontologia e voluntários são oferecidos cursos de pós-graduação, de cuidadores, assessorias, planejamento e execução de projetos para as entidades privadas além de assistência à saúde a idosos. 74% dos recursos vem de cursos de pós-graduação em gerontologia. A meta do CIAPE é a criação de um novo paradigma de promoção e manutenção dos direitos idosos; **2) Apresentação Pastoral da Pessoa Idosa** – Irmã Terezinha Tortelli. A pastoral da pessoa idosa é uma pastoral criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e a missão é o acompanhamento mensal às pessoas idosas através de visita domiciliar por líderes comunitários, capacitados para isso. A principal proposta é propiciar uma formação continuada aos líderes comunitários que desenvolvem sua missão como voluntários. **3) III Encontro Nacional de Conselhos do Idoso** – Dr Paulo Roberto. Discutiram sobre a importância de implantar conselhos nos municípios e nos estados, a implantação da Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Várias moções foram aprovadas.

36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

ITEM III – Apresentação da Política Previdenciária Para Pessoa Idosa, Ministério da Previdência Social e Benefício de Prestação Continuada, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: Dr^a Laura Schwartz da diretoria de benefícios do INSS e Ana Lúcia, Diretora do Departamento de Benefícios Assistenciais da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. 1) Senhora Ana Lúcia. Informou sobre um benefício que é objeto da Constituição Federal de 1988, artigos 203 e 204, que instituíram um benefício que é uma transferência de renda no valor de um salário mínimo para pessoas idosas e pessoas com deficiência, cuja renda per capita familiar seja ¼ do salário mínimo que é um benefício não contributivo, porque não exige absolutamente nenhuma contribuição à Previdência Social. É também chamado de benefício da LOAS. Nesse momento ele atende a 2 milhões e 300 mil pessoas, sendo 1 milhão e 100 mil de pessoas idosas e 1 milhão e 200 mil de pessoas com deficiência 2) Censo Previdenciário. A Dr^a Laura Schwartz disse que o censo começou dia 03/10 com o objetivo de reduzir o pagamento indevido. O censo foi dividido em duas etapas. Na primeira etapa serão recenseados 2 milhões e 500 mil beneficiários, que são aquela faixa mais problemática do nosso sistema. A primeira etapa vai começar dia primeiro de novembro, porque o aviso foi agora em outubro. A partir de primeiro de novembro, quando os beneficiários forem receber lá na agência bancária, eles poderão realizar a informação dos dados cadastrais. Isso vai ocorrer de novembro até fevereiro de 2006.

51
52
53
54
55
56
57
58

ITEM IV – RDC/ILPIs – Maria Mello, GT/ILPI: Após fazer a leitura da RDC 283 publicada em 26 de setembro de 2005 pela ANVISA, que normatiza o funcionamento das Instituições de Longa Permanência para Idosos, apontando as inadequações e respectivas justificativas, ponderou que fosse adotada a seguinte postura: que esse documento seja considerado como um início e não um término. Informou que está sendo feita uma revisão da Política Nacional de Saúde do Idoso, e expressou o desejo de que o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos tivesse um representante formal nessa comissão. Que a política nacional de Instituições de Longa Permanência seja compreendida como um dos itens da saúde do idoso. Foi feita uma exposição inicial com sugestão para ser colocado como ponto de pauta na próxima reunião.

59
60
61
62

ITEM V – Informações da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, Perly Cipriano: O regimento interno já foi encaminhado aos Conselhos Estaduais e o recurso já está garantido na SDH. A conselheira Terezinha Tortelli, leu o relatório da comissão da primeira Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa que reuniu-se juntamente com membros de outras comissões do CNDI. Discutiu e apresentou aos demais conselheiros as seguintes propostas: estender o prazo para a realização

63 das conferências estaduais até dia 28 de março. Sugeriu ainda elaborar e encaminhar aos conselhos estaduais orientações sobre
64 a elaboração de propostas referentes ao documento base da primeira conferência. As propostas terão caráter aditivo, supressivo
65 ou modificativo sempre sobre o documento base, citando a qual item se refere. Ter uma conferência magna no início da
66 conferência nacional que dê os fundamentos da construção da rede de proteção. Outra observação foi que há muitos eixos
67 temáticos, então a proposta seria reduzi-los ou juntá-los por semelhança de temas, quanto à formação dos grupos de trabalho
68 da primeira conferência. Outra sugestão é prever custos para que um grupo técnico fora da comissão organizadora consolide os
69 resultados das conferências estaduais no mês de abril. Além do orçamento previsto, solicitar apoio dos ministérios. Também
70 foi proposto que os coordenadores e relatores dos grupos por eixo temático sejam preparados previamente e que os membros
71 do CNDI indiquem um nome de peso para a conferência inaugural. Já houve sugestões de locais previstos para a realização da
72 primeira conferência.: Academia de Tênis, e a sede da Contag, que fica no Park Way. Esta comissão propôs também que seja
73 elaborada uma moção para que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos volte a ter status de ministério. A conferência
74 acontecerá de 23 a 26 de maio de 2006. Sugestão da recomendação: A Comissão Organizadora Nacional da Primeira
75 Conferência Nacional da Pessoa Idosa recomenda que, para facilitar a sistematização dos relatórios das Conferências
76 Estaduais, as propostas deverão ser feitas sobre o documento base da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
77 Segundo. Sobre os relatórios, a Drª Jurilza propôs que fosse contactado a relatoria da UNB para fazer todos os relatórios e os
78 anais, sendo aprovado a proposta.

79
80 **ITEM VI – Apresentação do Relatório das Comissões.** 1) **Comissão de Comunicação** – O relator informou que foi feito um
81 modelo de página. Outra decisão foi que, haja um projeto de divulgação do conselho com metas e prazos, . A comissão de
82 comunicação, vai submeter ao conselho um projeto de divulgação, porém nesse material o conselho tem que ter uma
83 logomarca. Houve também uma proposta para é convidar o Conselho da Saúde e o Conselho de Assistência Social para com
84 o CNDI terem uma pauta conjunta sobre a questão do idoso. A proposta foi aceita. 2) **Comissão de Orçamento.** A
85 conselheira Simone fez alguns esclarecimentos sobre esta comissão. A Comissão não estava se reunindo por falta de quorum
86 que passou a se juntar sempre com a comissão de política pública e articulação e foi onde surgiu a proposta dessa fusão. Esse
87 é o quadro da comissão de orçamento. Proposto uma redefinição dos componentes dessas comissões, que cada comissão
88 registre as discussões pra possibilitar uma continuidade. A mesa sugeriu que não fosse feito o debate nesse momento e as
89 próprias comissões fariam a proposta. 3) A conselheira Marília relatou que a **Comissão de Política** em todas as reuniões
90 redigiu e encaminhou o resultado das suas conclusões 4) **A conselheira Maria Mello informou que** o CIAPE ficou
91 responsável por fazer um kit pra criação dos conselhos municipais pra ser disponibilizado no site do Conselho Nacional dos
92 Direitos do Idoso. O kit está pronto e foi encaminhado pra ser disponibilizado e vai ser lançado oficialmente em Belo
93 Horizonte no dia 25 de outubro. Em relação à **Comissão de Normas.** Maria de Mello, da Comissão de normas, propôs um
94 estudo para a adequação do sistema atual de renovação da CNH e a aquisição da mesma por pessoas idosas no Brasil.
95 Solicitou que seja feito um convênio com a universidade da Flórida que tem sido a líder desse processo nos Estados Unidos
96 da América em conjunto com American Automobile Association.

97
98 **ITEM VII - Informações e Encerramento:** O presidente Dr Perly deu um informe sobre a VIII Conferência
99 Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica na área do Idoso e pessoas com Deficiências , essa foi a primeira
100 conferência no Brasil, das oito realizadas. Vinte e dois países estiveram representados e o governo brasileiro recebeu uma
101 homenagem do “Centro Internacional para Reabilitação”, uma Organização não Governamental dos Estados Unidos, por ser
102 um dos países mais inclusivo na área da deficiência . Sobre a semana do idoso, no período de 26 de setembro a 1º outubro, foi
103 realizado um Seminário Envelhecimento e Gênero, e alguns estados promoverão uma caminhada pelo respeito ao idoso no
104 trânsito. Outro informe e que através de emenda conseguida via Movimento dos homossexuais, estão sendo feitos 21 centros
105 de referência contra a violência. Finalmente, o curso de capacitação de conselheiros, já foi assinado convenio, vai ser à
106 distância, todos os conselhos de idosos, nacional, estaduais e municipais, participarão. O conselheiro Xavier informou que a
107 Câmara Municipal de Fortaleza acatou uma sugestão da Comissão de Defesa dos Direitos dos Idosos da OAB Seccional do
108 Ceará, para criação da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos do Idoso. O Presidente do CNDI, senhor Perly Cipriano,
109 conduziu e levou ao término a 17ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, no dia 20 de outubro de dois mil e
110 cinco, iniciada às 9h, na Sala de Reuniões nº 304 do Ministério da Justiça.

111
112
113
114
115 PERLY CIPRIANO
116 Presidente do CNDI
117
118
119

120
121 Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há
122 registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido
123 aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.
124
125
126
127